



Controladoria Geral do Estado de São Paulo

TARDE

AUDITOR ESTADUAL DE CONTROLE AUDITORIA

PROVA TIPO 4



SUA PROVA

- Além deste caderno de questões contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de textos definitivos.
- As questões objetivas têm 5 (cinco) opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluídos a marcação do cartão de respostas e o texto definitivo da questão discursiva.
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- No cartão de respostas e na folha de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções de preenchimento.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado no cartão de respostas e na folha de textos definitivos.
- Confira o programa, a cor e o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com programa ou tipo diferente do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição do cartão de respostas ou da folha de textos definitivos em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e o texto redigido na folha de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Conhecimentos Específicos

Auditoria Governamental e Controle Interno

1

A expressão *Planejamento de Auditoria Baseado em Riscos* compreende as etapas de elaboração do Plano de Auditoria Interna (PAINT) e de planejamento dos trabalhos individuais de auditoria, ambos com base em riscos.

Nas etapas de planejamento anual da Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) são considerados os seguintes fatores:

- I. O universo de Auditoria e objetos de auditoria prioritizados.
- II. Os projetos complementares e capacidade operacional da UAIG.
- III. Os procedimentos específicos de auditoria e projetos estratégicos da unidade auditada.

Conforme definido no roteiro para elaboração de Planos de Auditoria baseados em Riscos, aprovado pela Resolução CGE nº 15/2023, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

2

Considerando a estrutura, a organização e as competências dos órgãos, subsecretarias e colegiados que compõem a Controladoria Geral do Estado (CGE-SP), assinale a afirmativa correta.

- (A) A Auditoria Geral do Estado (AGE) é o órgão central do Sistema Estadual de Auditoria Interna Governamental, responsável por prover orientação normativa e supervisão técnica às Auditorias Internas Singulares (Audin) das entidades da Administração Pública Estadual.
- (B) O Conselho de Transparência da Administração Pública é órgão colegiado com natureza deliberativa, cuja finalidade é propor diretrizes para o incremento da transparência institucional e sua Secretaria Executiva é exercida pelo Gabinete do Controlador Geral.
- (C) A Ouvidoria Geral do Estado (OGE) atua como Órgão Central do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo, sendo que seu titular, o Ouvidor Geral do Estado, detém a atribuição de presidir a Comissão Estadual de Acesso à Informação (CEAI).
- (D) A Subsecretaria de Integridade Pública e Privada do Estado exerce a função de órgão central do Sistema de Transparência no que tange às atribuições voltadas à transparência passiva e a Corregedoria Geral do Estado é responsável por apreciar e julgar os recursos relativos à negativa de acesso à informação (LAI).
- (E) Compete à Subsecretaria de Combate à Corrupção (SCC) o levantamento e cruzamento de dados para subsidiar a CGE, mas a responsabilidade pelo recebimento, análise e publicação das declarações de bens e de apuração de enriquecimento ilícito das autoridades especificadas cabe exclusivamente à Subsecretaria de Integridade.

3

Conforme preconizado no Roteiro para elaboração de planos de Auditoria com base em riscos da CGE-SP, assinale a opção que indica a primeira etapa do processo de planejamento da Unidade de Auditoria Interna Governamental.

- (A) Definir o universo de auditoria.
- (B) Definir o escopo da auditoria baseada em riscos.
- (C) Estabelecer o entendimento da Unidade Auditada.
- (D) Mapear os controles internos da unidade auditada.
- (E) Avaliar a maturidade da gestão de riscos da unidade.

4

A adoção de Código de Ética recomendado pelo *The Institute of Internal Auditors* (IIA) é parte integrante da Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) e estabelece princípios e expectativas que governam o comportamento dos auditores internos.

O Código exige que os profissionais mantenham uma postura de confiança, com avaliação objetiva da governança, do gerenciamento de riscos e do controle.

Considerando os princípios fundamentais e suas respectivas regras de conduta, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Princípio da Confidencialidade exige que o auditor interno seja prudente no uso e na proteção das informações obtidas no curso de suas funções, sendo permitido o uso de informações confidenciais, desde que essa divulgação não seja prejudicial à organização.
- (B) Para atender ao Princípio da Objetividade, o auditor interno deve atuar de forma imparcial e desimpedida, devendo se abster de avaliar atividades específicas pelas quais tenha sido responsável anteriormente, sendo o período de carência para avaliação de 18 meses, contado a partir do fim da responsabilidade.
- (C) O Princípio da Competência impõe que os auditores internos possuam conhecimento das Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna ou procurem adquiri-lo, sendo que o desenvolvimento profissional contínuo é uma prática desejável, mas não um requisito incondicional.
- (D) O Princípio da Integridade requer que os auditores internos sejam honestos, diligentes e responsáveis na execução das suas atribuições, abstendo-se de se engajar em qualquer atividade que possa prejudicar o julgamento profissional, mesmo que não resulte em ganhos pessoais ou não contribua para os objetivos legítimos da organização.
- (E) A Objetividade é salvaguardada quando os auditores internos se abstêm de aceitar presentes, recompensas ou favores que possam prejudicar ou que se presuma que prejudiquem seu julgamento profissional, refletindo a necessidade de isenção na avaliação dos fatos e circunstâncias relevantes.

5

Após a realização de todos os procedimentos administrativos aplicáveis, o relatório do trabalho de consultoria foi concluído pela equipe de auditoria interna governamental, que o encaminhou à unidade, ou à autoridade competente, para decidir sobre a transmissão da comunicação final desse trabalho a todos os interessados.

Assinale a opção que apresenta corretamente a indicação da unidade ou autoridade que possui a competência narrada na situação apresentada.

- (A) Alta Administração.
- (B) Diretoria da Unidade de Auditoria.
- (C) Equipe de Auditoria.
- (D) Supervisão da Auditoria.
- (E) Controlador-Geral.

6

O Roteiro para Elaboração de Relatório de Auditoria, aprovado pela Resolução CGE nº 16/2023, estabelece os padrões e as diretrizes para a comunicação dos resultados dos trabalhos das Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG), visando assegurar que os relatórios sejam consistentes, claros e agreguem valor à gestão.

Com base nas disposições do Roteiro sobre a estrutura, a qualidade e o conteúdo dos relatórios, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Resumo (*Highlight*), um dos elementos mais importantes do relatório por ser frequentemente o mais lido, deve ser conciso e ocupar, no máximo, uma página. Ele é composto por quatro partes visuais que abordam: o trabalho realizado, as razões que o determinaram (justificativa), as conclusões e as recomendações.
- II. Quando a equipe de auditoria, durante a fase de exames, identifica situações de desconformidade relevantes que não estavam previstas no planejamento original (não constituindo, portanto, resposta a uma questão de auditoria inicial), deve ser obrigatoriamente gerada uma nova ação de controle, a fim de garantir o tratamento adequado da relevância da situação verificada.
- III. A comunicação dos resultados deve ser objetiva e precisa. A objetividade exige que a linguagem seja comedida e livre de emissão de opiniões pessoais e a precisão requer que sejam evitadas expressões que gerem ambiguidade ou insinuações nos achados, como “achamos”, “supõe-se” ou “há indícios”.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

7

Nos termos do Decreto nº 69.183/2024, a Controladoria Geral do Estado é integrada pelo seguinte órgão:

- (A) Gabinete do Controlador Geral do Estado (CGE), composta por uma Diretoria de Administração.
- (B) Assessoria Policial Militar, subordinada técnica, administrativa e funcionalmente à Controladoria Geral do Estado.
- (C) Subsecretaria de Integridade Pública e Privada do Estado, composta por uma Diretoria de Auditoria em Políticas Públicas.
- (D) Corregedoria Geral do Estado, composta pelo Conselho de Transparência da Administração Pública.
- (E) Subsecretaria de Combate à Corrupção, composta pela Diretoria de Informações Estratégicas.

8

A Controladoria Geral do Estado de São Paulo (CGE-SP), reorganizada pela Lei Complementar nº 1.419/2024, e com sua estrutura detalhada pelo Decreto nº 69.183/2024, instituiu a carreira de Auditor Estadual de Controle.

Considerando as disposições dessas normas sobre as atribuições e o regime dos Auditores e da CGE-SP, assinale a afirmativa correta.

- (A) A execução da Auditoria Interna Governamental, atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, constitui atribuição privativa dos Auditores Estaduais de Controle no âmbito de toda a Administração Pública Estadual, abrangendo tanto a administração direta quanto a indireta.
- (B) O Auditor Estadual de Controle será remunerado por subsídio, fixado em parcela única, sendo permitido o acréscimo de qualquer vantagem pecuniária, desde que sejam verbas de caráter indenizatório, relativas à ajuda de custo e diárias.
- (C) A Controladoria Geral do Estado exerce a função de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, que corresponde às atividades de Auditoria Interna Governamental, exclusivamente, às atividades de avaliação.
- (D) O Auditor Estadual de Controle, durante o período de estágio probatório, fica vedado de exercer qualquer cargo de provimento em comissão ou função de confiança, ressalvadas as hipóteses de nomeação na Administração Pública Federal.
- (E) Os Auditores Estaduais de Controle e Corregedores, no desempenho de suas atribuições, gozam de livre e amplo acesso aos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, sendo obrigatório aos dirigentes garantir acesso regular e permanente às bases de dados e sistemas de informação e comunicação necessários.

9

A respeito das características dos trabalhos de consultoria e de avaliação, considerando as disposições do Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo do Estado de São Paulo, analise as afirmativas a seguir.

- I. Em geral, a demanda dos serviços decorre de solicitação específica da Unidade Auditada.
- II. É um tipo de trabalho em que o formato da comunicação é relativamente padronizável.
- III. O monitoramento é realizado a partir das recomendações expedidas pela UAIG.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

10

O Roteiro para Elaboração de Plano de Auditoria Interna (PAINT) Baseado em Riscos, aprovado pela Resolução CGE nº 15/2023, detalha as etapas e critérios que as Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) devem seguir para determinar as prioridades dos trabalhos a serem realizados em um determinado período.

Considerando o processo de planejamento, assinale a afirmativa correta.

- (A) Caso a Unidade Auditada não tenha instituído um processo formal de gerenciamento de riscos, a UAIG deve assumir a responsabilidade pela identificação e avaliação dos riscos inerentes para fins de elaboração do PAINT, contudo, é vedado o compartilhamento desses resultados com a gestão, de modo a preservar a independência e a objetividade da auditoria.
- (B) O processo de seleção de objetos de auditoria com base em riscos segue uma ordem estrita: primeiro, utiliza-se a avaliação de riscos da Unidade Auditada. Se esta for insuficiente ou incipiente, a UAIG deve, como segunda opção, recorrer à seleção baseada em fatores de riscos (como materialidade ou criticidade), antes de tentar realizar sua própria avaliação de riscos.
- (C) O Plano de Auditoria Interna das Auditorias Internas Singulares (Audin) e suas alterações significativas devem ser encaminhados à CGE para supervisão técnica. No entanto, a ausência de manifestação tempestiva da CGE sobre a proposta de Plano impede a adoção das providências necessárias à aprovação interna do planejamento pelo conselho ou dirigente máximo da Audin.
- (D) O Plano de Auditoria Interna deve ser necessariamente flexível e incluir o rodízio de ênfase como critério de seleção, cuja finalidade é garantir que objetos classificados como de menor risco, também possam ser avaliados periodicamente, evitando-se o acúmulo de trabalhos de auditoria sobre um mesmo objeto.
- (E) As demandas extraordinárias (não previstas no PAINT) podem ser incorporadas ao Plano em execução, devendo ser estabelecida uma reserva técnica para tal fim. Essa reserva implica que o Plano de Auditoria Interna inicial deve ser elaborado para ocupar a totalidade dos recursos da UAIG, garantindo a cobertura máxima do universo auditável.

11

Na estrutura organizacional da Controladoria Geral do Estado (CGE), o órgão competente para supervisionar as atividades de atendimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado, no âmbito da Controladoria, provenientes do julgamento de contas anuais é o(a)

- (A) Assessoria Técnica da CGE.
- (B) Controladoria Geral Executiva.
- (C) Auditoria Geral do Estado.
- (D) Assessoria Executiva da CGE.
- (E) Subsecretaria de Gestão Corporativa.

12

A seleção dos objetos de auditoria com base em riscos, conforme estabelecido no Roteiro para Elaboração de Plano de Auditoria Interna Baseado em Riscos (Resolução CGE nº 12/2023), é um processo que determina as prioridades dos trabalhos das Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG).

Considerando a metodologia de seleção e priorização de objetos do Universo de Auditoria, assinale a afirmativa correta.

- (A) Se a UAIG for obrigada a realizar sua própria avaliação de riscos (por imaturidade ou inexistência da gestão de riscos na Unidade Auditada), o modelo preconiza que a classificação dos objetos de auditoria (processos) seja feita por meio da associação dos riscos-chave identificados e avaliados no nível dos macroprocessos, culminando no somatório do nível de risco para cada processo.
- (B) A seleção dos trabalhos com base em fatores de risco (materialidade, criticidade etc.) é o método preferencial a ser aplicado, pois oferece uma forma objetiva de priorização. Apenas em caso de inexistência de dados sobre esses fatores é que a UAIG deve recorrer à avaliação de riscos realizada pela Unidade Auditada.
- (C) O processo de planejamento do PAINT pressupõe que a UAIG concentre seus trabalhos nos objetos com maior exposição ao risco residual, sendo este o risco remanescente após a consideração dos controles internos implementados pela gestão.
- (D) Se a Unidade Auditada não possuir um processo formal de gerenciamento de riscos, a UAIG deve se comunicar com a alta administração, coletar informações sobre os principais processos e riscos associados e, em seguida, assumir temporariamente a responsabilidade pela avaliação e tratamento desses riscos, para garantir a priorização do PAINT.
- (E) O Plano de Auditoria Interna deve considerar o rodízio de ênfase sobre os objetos auditáveis, que se aplica exclusivamente aos objetos classificados como de risco muito alto, de forma a garantir a devida cobertura de riscos.

13

De acordo com a Lei Complementar nº 1.419/2024, regulamentada pelo Decreto nº 69.183/2024, e a atuação do órgão central Controladoria Geral do Estado de São Paulo (CGE-SP) de diversos Sistemas do Poder Executivo Estadual, considerando as finalidades, a organização e as competências desses sistemas, conforme a legislação e os documentos de referência, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A Auditoria Geral do Estado (AGE) exerce a função de órgão central do Sistema Estadual de Auditoria Interna Governamental, sendo que, no exercício de suas competências, pode requisitar informações, documentos e acesso aos sistemas a qualquer órgão ou entidade do Poder Executivo estadual.
- (B) O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual corresponde às atividades de Auditoria Interna Governamental, a qual é definida como uma atividade independente e objetiva que compreende os serviços de avaliação (*assurance*) e de consultoria, buscando aprimorar os processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.
- (C) A execução da Auditoria Interna Governamental é considerada uma atividade privativa dos Auditores Estaduais de Controle exclusivamente no âmbito da Administração Pública direta, sendo essa carreira remunerada por subsídio fixado em parcela única.
- (D) A Corregedoria Geral do Estado (CGE) exerce a função de órgão central do Sistema de Corregedoria, denominado Sistema de Ética e Responsabilização Paulista, e possui competência para conduzir os processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas de que trata a Lei Federal nº 12.846/2013.
- (E) Compete à Subsecretaria de Integridade Pública e Privada do Estado exercer a função de órgão central do Sistema de Integridade Pública e também a função de órgão central do Sistema de Transparência, no que tange às atribuições voltadas à transparência passiva.

14

José, auditor interno da CGE-SP, foi designado para realizar um trabalho de auditoria no órgão Alfa. No entanto, José possuía um relacionamento de longo prazo com a gestora do órgão auditado, pelo que, durante a execução dos trabalhos, apresentou indícios de pré-julgamento com base em casos de sucesso anteriormente apresentados pela unidade auditada.

Esta é uma situação comum de ameaça à objetividade do auditor interno governamental que, segundo o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Estadual, é denominada

- (A) familiaridade.
- (B) impessoalidade.
- (C) conduta tendenciosa.
- (D) inclinações cognitivas.
- (E) relacionamento pessoal.

15

Sobre a atividade de apuração e da identificação de fraudes e erros, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os trabalhos de apuração não alcançam a averiguação de atos e fatos considerados ilegais ou irregulares praticados por agentes privados.
- II. A apuração de fraudes objetiva produzir material para um processo judicial ou administrativo e tem por escopo possível irregularidade ou ilegalidade decorrente de atos ou fatos intencionais.
- III. Atos de fraudes e erros podem envolver esquemas sofisticados e cuidadosamente organizados para sua ocultação, de forma que os procedimentos de auditoria aplicados para coletar evidências podem ser ineficazes para detectá-los.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

16

A Administração Pública Estadual, por meio do Referencial Técnico da Atividade (RTA) de Auditoria Interna Governamental (RTA), aprovado pela Resolução CGE nº 12/2023, estrutura seus controles internos em três linhas de defesa da gestão, visando uma atuação coordenada, eficiente e sem sobreposições.

Considerando a organização e as responsabilidades atribuídas a cada linha de defesa no âmbito do Poder Executivo Estadual, conforme o RTA, analise as afirmativas a seguir.

- I. A primeira linha de defesa é composta pelos gestores responsáveis por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, e por desenvolver e manter os controles primários integrados ao processo de gestão, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio.
- II. A segunda linha de defesa está situada no nível da gestão e tem como objetivo apoiar o desenvolvimento dos controles internos e realizar atividades de supervisão e monitoramento das atividades da primeira linha. As Assessorias ou Assessorias Especiais de Controle Interno (AECI), quando existentes, integram esta linha de defesa.
- III. A terceira linha de defesa é representada pela Auditoria Interna Governamental (AIG), que presta serviços de avaliação (*assurance*) e de consultoria, sendo o monitoramento da implementação das recomendações oriundas de trabalhos de consultoria de responsabilidade exclusiva da Unidade Auditada.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

17

O Manual de Orientações Técnicas (MOT) da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Estadual, aprovado pela Resolução CGE nº 13/2023, detalha as práticas e procedimentos a serem observados pelas Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG), incluindo a Controladoria Geral do Estado de São Paulo (CGE-SP) e as Auditorias Internas Singulares (Audin).

Considerando as diretrizes do MOT sobre os trabalhos de auditoria, o gerenciamento de riscos e o tratamento de irregularidades, assinale a afirmativa correta.

- (A) O processo de planejamento da UAIG deve ser obrigatoriamente flexível para acomodar demandas extraordinárias, devendo ser estabelecida uma reserva técnica de recursos medida em percentual da capacidade operacional total, o que exige que o Plano de Auditoria Interna (PAINT) ocupe a totalidade dos recursos disponíveis, priorizando o risco.
- (B) O auditor interno governamental deve emitir, na apuração de fraude, um juízo técnico final que inclua a tipificação da conduta penal ou administrativa dos responsáveis, uma vez que a auditoria tem a prerrogativa de evidenciar a intencionalidade do ato ilegal e facilitar o trabalho dos órgãos de defesa do Estado.
- (C) O auditor interno governamental, durante a apuração de erro, que é tratada como um trabalho individual de avaliação, deve formalmente confirmar com o demandante se há restrições de sigilo, devendo observá-las durante toda a condução dos trabalhos, principalmente na interlocução com a Unidade Auditada e na divulgação dos resultados.
- (D) O Risco de Auditoria, que é a possibilidade de o auditor chegar a conclusões inválidas ou fornecer opiniões equivocadas, é inversamente proporcional aos Riscos Inerente e de Controle; portanto, quanto maior for a magnitude desses riscos, menor deve ser a extensão dos procedimentos substantivos aplicados.
- (E) O monitoramento da implementação de recomendações oriundas de trabalhos de consultoria é uma atividade que, em razão da natureza consensual da consultoria, é facultativa e fica a critério exclusivo da UAIG, não havendo necessidade de pactuação prévia com a Unidade Auditada.

18

O Referencial Técnico da Atividade (RTA) de Auditoria Interna Governamental, aprovado pela Resolução CGE nº 12/2023, estrutura a atuação das Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) no Poder Executivo Estadual.

Com base nas disposições contidas no RTA, analise as afirmativas a seguir.

- I. A atividade de auditoria interna governamental (UAIG), que se encontra na terceira linha de defesa da gestão pública, presta serviços de avaliação (*assurance*) e de consultoria, sendo seus destinatários a alta administração, os gestores dos órgãos e entidades e a sociedade.
- II. O Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) deve prever avaliações externas a serem realizadas, no mínimo, uma vez a cada cinco anos. No entanto, é vedada, em todos os casos, a realização de autoavaliações como forma de avaliação externa, devendo estas serem conduzidas apenas por avaliador qualificado e independente.
- III. Os auditores internos governamentais, ao se depararem com achados que indiquem falhas relevantes, devem informar e discutir tais achados com a alta administração da Unidade Auditada, sendo facultativo conceder prazo para manifestação formal, desde que os achados sejam devidamente comunicados aos níveis de governança adequados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

19

A UAIG deve instituir e manter um Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) com o objetivo de promover a avaliação e a melhoria contínua dos seus processos de trabalho.

Sobre o PGMQ, analise as afirmativas a seguir.

- I. O PGMQ deve estabelecer a frequência de realização das atividades de avaliação e da comunicação de resultados do Programa.
- II. O PGMQ deve ser implementado por meio de avaliações internas e externas, que devem ser devidamente documentadas.
- III. Os resultados das avaliações realizadas devem ser periodicamente consolidados com a finalidade de identificar necessidades de capacitação de auditores internos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

20

É necessário que a Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) estabeleça formalmente as atribuições dos participantes dos trabalhos de Auditoria.

Sobre as atribuições relativas à função de supervisão dos trabalhos de auditoria, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Definir a equipe de auditoria, de forma a garantir a proficiência coletiva.
- II. Aprovar o programa de trabalho e autorizar eventuais alterações.
- III. Auxiliar na elaboração do cronograma de atividades e zelar pelo seu cumprimento.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Administração Financeira e Orçamentária e Finanças Públicas

21

A tributação é um mecanismo para reduzir ou agravar as desigualdades socioeconômicas, na medida em que interfere na disponibilidade de renda dos indivíduos.

Sobre esse tema, associe os conceitos apresentados a seguir aos respectivos regimes de tributação.

1. Imposto Neutro.
 2. Imposto Progressivo.
 3. Imposto Regressivo.
- () O imposto implementado não afeta a distribuição de renda, pois o ônus tributário é igual para todas as camadas da população.
- () Caracteriza-se pela adoção de alíquotas marginais que diminuem a renda disponível, mantendo uma relação crescente entre a renda e o imposto a pagar.
- () As alíquotas marginais dos impostos aumentam a renda disponível (impostos pró-cíclicos), ou seja, a relação entre o imposto a pagar e a renda decresce com o aumento da renda

Assinale a opção que apresenta a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 3 – 1 – 2.
- (C) 2 – 3 – 1.
- (D) 3 – 2 – 1.
- (E) 1 – 3 – 2.

22

O Município *Gama* realizou despesa para aquisição de um imóvel que já era utilizado pela Administração Municipal para prestação de serviços de educação infantil.

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, essa despesa deve ser classificada como

- (A) investimento.
- (B) despesa corrente.
- (C) inversão financeira.
- (D) transferência corrente.
- (E) subvenção econômica.

23

O regime de adiantamento, conforme o Decreto nº 53.980/2009, caracteriza-se pela destinação de recursos financeiros a servidor público estadual para a realização de despesa pública, que não possa se subordinar ao processo normal de aplicação.

Sobre o regime de adiantamentos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Sua concessão será formalizada por meio de requisição de adiantamento e corresponderá a um só empenho.
- II. Considera-se em alcance, o servidor que tiver as contas rejeitadas em virtude de aplicação do adiantamento em despesas distintas daquelas para as quais foi fornecido o adiantamento.
- III. O regime de adiantamento será concedido exclusivamente por meio de Cartão de Pagamento de Despesas, não se admitindo o depósito de valores em conta corrente de servidor responsável pela realização dos gastos.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

24

Ao analisar a proposta de Lei Orçamentária, o Poder Legislativo observou que o Poder Executivo usou um índice obsoleto para atualizar uma das fontes de recursos, o que resultou em subestimação das receitas orçamentárias.

Sobre a medida a ser adotada pelo Poder Legislativo, considerando as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre previsão e arrecadação de receitas públicas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Rejeitar integralmente a proposta de LOA.
- (B) Devolver o projeto de LOA ao Poder Executivo.
- (C) Realizar diretamente a reestimativa da receita com base em erro de ordem técnica.
- (D) Reduzir proporcionalmente as dotações orçamentárias financiadas com os recursos subestimados com vistas ao equilíbrio orçamentário
- (E) Aprovar o projeto de LOA e ignorar o erro na previsão da receita pública, tendo em vista que essa função compete exclusivamente ao Poder Executivo.

25

Na Lei Orçamentária da União do ano 20XX (LOA) consta a ação orçamentária nº 123F, com dotação para indenização a familiares de mortos e desaparecidos em razão da participação em atividades políticas.

Essa ação orçamentária deve ser tipificada como

- (A) projeto.
- (B) atividade.
- (C) subvenção social.
- (D) operação especial.
- (E) transferência de capital.

26

Sobre os direitos creditórios de titularidade de um ente da Federação, analise as afirmativas a seguir.

- I. A cessão de direitos creditórios deverá preservar a natureza do crédito de que se tenha originado o direito cedido, mantendo as garantias e os privilégios desse crédito.
- II. A cessão de direitos creditórios preservará a base de cálculo das vinculações constitucionais no exercício financeiro em que o contribuinte efetuar o pagamento.
- III. A cessão de direitos creditórios realizar-se até 90 (noventa) dias antes da data de encerramento do mandato do chefe do Poder Executivo, ressalvado o caso em que o integral pagamento pela cessão dos direitos creditórios ocorra após essa data.

Considerando as disposições da Lei nº 4.320/64, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

27

O Poder Executivo requereu autorização legislativa para realizar operação de crédito no montante de R\$ 50 milhões junto a uma instituição financeira devidamente autorizada pelo Banco Central.

Ato contínuo, e antes da deliberação legislativa, determinou a abertura de procedimento licitatório para contratação de uma sociedade empresária para a realização dos serviços de engenharia que seriam financiados com os recursos oriundos da referida operação de crédito.

Sobre a realização de procedimento licitatório, considerando as disposições do Decreto nº 63.894/2018, assinale a afirmativa correta.

- (A) É válida, desde que o montante das operações de crédito não ultrapasse o valor das despesas de capital fixadas no orçamento anual.
- (B) É inválida, pois a autorização legislativa é dispensada para abertura dos créditos adicionais a serem financiados com os recursos decorrentes de operações de crédito.
- (C) É válida, pois a fonte de recursos deve estar disponível quando da realização do contrato administrativo e o lapso entre a deliberação legislativa e a homologação do certame não pode representar impedimento à eficiência administrativa.
- (D) É inválida, uma vez que os créditos previstos na lei orçamentária anual, decorrentes de operações de crédito, somente poderão ser indicados para fins de abertura da fase externa de licitação, após a assinatura do respectivo instrumento ou ato que garanta a disponibilidade financeira dos recursos.
- (E) É válida, tendo em vista que, em se tratando de créditos extraordinários e especiais, a autorização legislativa é suficiente para iniciar a realização das despesas respectivas, inclusive por meio da abertura de procedimentos licitatórios, chamamentos públicos e outros instrumentos necessários à formalização de parcerias particulares.

28

Um agente da Administração Fazendária do Município *Alfa* editou ato em que verificou a procedência do crédito fiscal, identificou o respectivo devedor e inscreveu seu débito no sistema de administração fiscal do Município.

O ato editado pelo agente fazendário é denominado

- (A) liquidação.
- (B) arrecadação.
- (C) lançamento.
- (D) planejamento.
- (E) recolhimento.

29

O Poder Executivo do Estado *Alfa* editou Decreto regulamentando projeto de lei que autorizava a revisão geral anual de que trata o Art. 37, inciso X, da Constituição Federal. O impacto orçamentário da referida despesa foi de R\$ 420 milhões.

Para a realização dessa medida, a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que esse ato, que gera aumento de despesas, deve

- (A) demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.
- (B) comprovar que a despesa criada ou aumentada afetará as metas de resultados fiscais.
- (C) compensar seus efeitos financeiros nos períodos seguintes, somente pela redução permanente de despesa.
- (D) prescindir de comprovação de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual.
- (E) estar acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

30

Utilizando a classificação da natureza da despesa, o contador do Município *Beta* registrou uma despesa pública por meio do seguinte código:

ND: 4.5.70.00

A análise do registro da referida despesa permite concluir, corretamente, que

- (A) sua categoria econômica é de despesa corrente.
- (B) houve o devido detalhamento do subelemento de despesa.
- (C) o grupo de natureza de despesas indica tratar-se de inversão financeira.
- (D) a modalidade de aplicação informada refere-se à transferência aos municípios.
- (E) o elemento de despesa está indicado no segundo dígito, representado pelo algarismo "5".

31

O ônus tributário dos impostos pode ou não ser suportado pelo “contribuinte de direito”, classificando-se, assim como impostos diretos ou indiretos.

Sobre os impostos diretos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os fatos geradores desses impostos estão associados à comercialização de bens e à prestação de serviços.
- (B) Os impostos sobre a renda e sobre a circulação de mercadorias e serviços são exemplos de impostos diretos.
- (C) Os impostos diretos, normalmente, têm características de impostos regressivos, reduzindo as desigualdades na distribuição de renda.
- (D) O ônus tributário do imposto direto é repassado para terceiros.
- (E) Os impostos diretos estão relacionados à capacidade de pagamento do contribuinte e seu fato gerador se relaciona à sua renda ou patrimônio.

32

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO deve estar acompanhada do Anexo de Metas Fiscais, que deverá conter informações que contribuem para o equilíbrio das contas públicas.

Nesse sentido, assinale a opção que descreve corretamente uma informação veiculada no Anexo de Metas Fiscais.

- (A) Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- (B) Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- (C) Critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada na hipótese de ser apurada frustração da receita arrecadada em relação à prevista quando da elaboração do relatório resumido de execução orçamentária.
- (D) Demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos dois exercícios anteriores.
- (E) Reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, será destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

33

Considere as seguintes situações hipotéticas:

- as despesas com pessoal do Poder Executivo do Município *Alfa* alcançaram 91% do limite legal;
- as despesas com pessoal do Poder Executivo do Município *Beta* alcançaram 97% do limite legal.

Com relação a essas hipóteses, considerando as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Município *Alfa* está proibido de editar atos de criação de cargos, empregos ou funções públicas.
- (B) O Município *Beta* não poderá receber transferências voluntárias da União.
- (C) O Município *Alfa* poderá contratar pessoal para atuação na área de desenvolvimento econômico.
- (D) O Município *Beta* poderá prover cargos públicos para as áreas de educação, administração, ciência e tecnologia.
- (E) O Município *Beta* não poderá obter garantias, direta ou indireta, de outros órgãos.

34

A Lei Orçamentária do Município *Alfa* previu dotações orçamentárias concernentes à transferência de recursos do tesouro para cobertura de déficit de manutenção de uma autarquia municipal.

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, essa despesa deve ser classificada como

- (A) investimento.
- (B) inversão financeira.
- (C) operação de crédito.
- (D) subvenção econômica.
- (E) transferência de capital.

35

Durante a execução de uma obra pública, a Administração Municipal verificou que a dotação orçamentária era insuficiente para sua conclusão, havendo a necessidade de reforçá-la para que o investimento público não fosse comprometido.

Na hipótese, assinale a opção que indica a medida que o Poder Executivo deverá adotar.

- (A) Alterar diretamente a dotação orçamentária, sem necessidade de indicação da fonte de recursos.
- (B) Elaborar projeto de lei de crédito extraordinário, sem a necessidade de indicar a fonte de recursos.
- (C) Editar decreto de suplementação do crédito orçamentário, independentemente de autorização legislativa.
- (D) Requerer autorização legislativa para abertura de crédito especial, indicando necessariamente a respectiva fonte de recursos.
- (E) Elaborar projeto de lei de autorização de abertura de crédito suplementar, que terá vigência até o término do respectivo exercício financeiro.

36

O Estado *Alfa* evidenciou que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas e receitas correntes foi de 95,8%.

Nessa hipótese, é facultado ao Poder Executivo aplicar, como mecanismo de ajuste fiscal,

- I. a vedação da concessão de reajustes, vantagens ou aumento de remuneração de membros e de servidores de todos os órgãos e Poderes do Estado;
- II. a vedação de admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, inclusive para reposições de temporários para prestação de serviços militares;
- III. a vedação da alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.

Sobre as medidas de ajustes fiscal que poderão ser adotadas, considerando as disposições constitucionais sobre Orçamento e Finanças Públicas, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

37

Considere os seguintes dados extraídos da execução orçamentária do Município *Alfa*.

Item	Valor (\$)
Superávit do orçamento corrente	130
Ativo financeiro	140
Passivo Financeiro	110
Receita Prevista	80
Receita arrecadada	30
Créditos extraordinários abertos no período	20
Dotações anuláveis	10

Considerando unicamente esses dados, o montante de recursos disponíveis para abertura de créditos especiais e suplementares é de (em R\$)

- (A) 40.
- (B) 70.
- (C) 90.
- (D) 110.
- (E) 220.

38

Em 31.12.XX, a execução orçamentária da despesa de uma autarquia do Município *Alfa* apresentou os seguintes registros (valores em \$):

Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas
5.000	3.800	2.700

Considerando somente essas informações, assinale a opção que indica corretamente o montante dos restos a pagar não processados que deverão ser registrados no encerramento do exercício financeiro.

- (A) \$ 1.000
- (B) \$ 1.100
- (C) \$ 1.200
- (D) \$ 2.200
- (E) \$ 2.300

39

O componente da dívida líquida do setor (DLSP), decorrente do reconhecimento de dívidas passadas não contabilizadas oportunamente ou decorrentes de ajustes patrimoniais extraordinários, é denominado

- (A) esqueleto.
- (B) NFSP primário.
- (C) restos a pagar.
- (D) dívida fiscal líquida.
- (E) ajuste patrimonial nominal.

40

A execução da despesa pública observa diversas etapas previstas na legislação orçamentária e financeira, especialmente as fases de empenho, liquidação e pagamento.

Sobre as etapas de execução da despesa pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. A competência para autorizar um pagamento decorre da lei ou de atos regimentais e é indelegável.
- II. A ordem de pagamento será dada em documento próprio, assinado pelo ordenador da despesa e pelo agente responsável pelo setor financeiro ou equivalente.
- III. Caso o ordenador de despesa verifique a existência de despesa sem empenho correspondente, deverá adotar providências para sua regularização, sendo vedado, nessa hipótese, o empenho de novas despesas discricionárias, exceto as previstas na lei de diretrizes orçamentárias, enquanto subsistir a irregularidade.

Considerando as disposições do Decreto nº 63.890/2018, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Avaliação de Políticas Públicas

41

Acerca da avaliação de processos e resultados, avalie as finalidades a seguir.

- I. Antes da implantação: apoiar a decisão entre alternativas de desenho.
- II. Durante a execução (6 primeiros meses): verificar a fidelidade/cobertura da implementação.
- III. Ao final de 12 meses: estimar o efeito atribuível à intervenção.

Assinale a opção que apresenta corretamente a combinação mais adequada a cada finalidade.

- (A) I: Análise *ex ante*: teoria da mudança + matriz de riscos + custo-benefício.
II: Avaliação de processo: taxa de cobertura e *checklist* de fidelidade.
III: Avaliação de resultados: diferenças-em-diferenças (*diff-in-diff*) para estimar o efeito causal.
- (B) I: Análise *ex ante*: entrevistas com beneficiários após 1 ano.
II: Avaliação de processo: custo-benefício.
III: Avaliação de resultados: auditoria de conformidade.
- (C) I: Análise *ex ante*: ensaio randomizado com dados após 12 meses.
II: Avaliação de processo: pesquisa de satisfação ao final do ciclo de implementação.
III: Avaliação de resultados: análise prospectiva de riscos.
- (D) I: Análise *ex ante*: teoria da mudança + estudo de viabilidade.
II: Avaliação de processo: grupos focais para discutir barreiras à implementação de uma política.
III: Avaliação de resultados: matriz de riscos.
- (E) I: Análise *ex ante*: monitoramento operacional da execução.
II: Avaliação de processo: avaliação sobre o aprendizado de alunos após um ano de implementação de um programa educacional.
III: Avaliação de resultados: inspeção documental de pagamentos necessários para que uma política possa ser conduzida.

42

Assinale a opção que corresponde a um tipo de avaliação *ex post*.

- (A) Estudo de viabilidade técnico-econômica.
- (B) Avaliação de necessidades que mapeia problemas e público-alvo.
- (C) Teoria da mudança que explicita o encadeamento causal da intervenção.
- (D) Avaliação de impacto que estima o efeito causal após a implementação de um programa.
- (E) Avaliação de prontidão que checa capacidades e riscos antes do início da implementação de uma política.

43

Leia o trecho a seguir.

Uma equipe da Controladoria-Geral do Estado de São Paulo (CGESP) irá apoiar a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo na decisão sobre implantar, no próximo ano letivo, um programa de bolsas de permanência para reduzir a evasão no Ensino Médio.

Assinale a opção que apresenta, de forma mais adequada, um produto típico da análise *ex ante*.

- (A) Matriz de riscos.
- (B) Pesquisa de satisfação dos beneficiários ao final do primeiro ano, com entrevistas semiestruturadas.
- (C) Auditoria de conformidade dos processos de pagamento executados no primeiro semestre do programa.
- (D) Estimativa do impacto causal sobre evasão dos alunos com dados observados 24 meses após a implantação do programa.
- (E) Medição da efetividade do programa por comparação das taxas observadas de conclusão após o primeiro ano com a linha de base.

44

Sobre a Teoria da Mudança no contexto de análise *ex ante*, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A Teoria da Mudança, na fase *ex ante*, deve tornar explícitas as relações causais pretendidas (atividades → produtos → resultados → impactos) e os pressupostos/riscos que condicionam essas relações, servindo de base para comparar alternativas de desenho da política.
- II. A Teoria da Mudança, para fins de análise *ex ante*, deve restringir-se ao Modelo Lógico, sem explicitar pressupostos, riscos ou mecanismos relacionados aos elos causais, pois tais elementos introduzem subjetividade e não agregam valor à decisão.
- III. A Teoria da Mudança, diferentemente do Quadro Lógico, busca explicitar o porquê dos elos causais, sendo especialmente útil na fase *ex ante* para testar a plausibilidade da intervenção.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

45

Situação (programa de vacinação sazonal — dois desenhos-piloto):

- Programa A (campanha ampla em postos fixos): reforço de horários nas unidades de saúde, mutirões aos sábados e mídia massiva.
- Programa B (foco em alto risco e busca ativa): equipes móveis, agendamento domiciliar para idosos/pessoas com comorbidades e lembretes por SMS.

Indicador	Programas	
	A	B
Meta de cobertura (público-alvo = 80%)	80% (meta)	80% (meta)
Cobertura alcançada	82%	76%
Custo por vacinado (R\$)	52,00	35,00
Redução de internações por SRAG (Diferenças-em-Diferenças, p.p.)	-2,1 (p=0,18; n.s.)	-5,4 (p=0,01; sig.)

Legenda/Notas:

- SRAG = *Síndrome Respiratória Aguda Grave* (forma grave de infecção respiratória que exige hospitalização).
- p.p. = pontos percentuais; sig. = estatisticamente significativo (p<0,05); n.s. = não significativo.
- Valores negativos indicam redução (estimativa utilizando Diferenças-em-Diferenças - DiD).

Com base na tabela, assinale a afirmativa correta.

- (A) A é mais eficiente; A é mais eficaz; B é mais efetivo.
 (B) B é mais eficiente; B é mais eficaz; A é mais efetivo.
 (C) A é mais eficiente; B é mais eficaz; A é mais efetivo.
 (D) B é mais eficiente; A é mais eficaz; B é mais efetivo.
 (E) B é mais eficiente; A é mais eficaz; A é mais efetivo.

46

O Programa “Tempo Certo” busca elevar a proficiência em Matemática de alunos do 9º ano com defasagem na disciplina, oferecendo:

- Aulas de reforço (2h/semana);
- Material didático modular;
- Formação de 8h para professores.

Resultado direto pretendido: elevação da proficiência em Matemática dos alunos elegíveis ao final do ano letivo.

Assinale a opção que apresenta um indicador de resultado do programa e não um indicador de processo/entrega/aderência.

- (A) Taxa de presença dos alunos elegíveis nas aulas de reforço.
 (B) Percentual de alunos elegíveis que receberam os cadernos didáticos.
 (C) Percentual de alunos que cumpriram integralmente a carga horária de reforço.
 (D) Percentual de professores de Matemática certificados na formação de 8 horas.
 (E) Percentual de alunos elegíveis que atingem, ao final do ano, nível “adequado” de proficiência em Matemática em uma avaliação externa.

47

Para os objetivos listados a seguir, classifique a abordagem mais adequada como quantitativa (QNT) ou qualitativa (QLT).

- Compreender por que equipes de campo não seguem integralmente um protocolo de atendimento, identificando barreiras, percepções e contextos.
- Estimar o efeito de um programa na taxa de conclusão do ensino médio, utilizando dados administrativos de diversos municípios ao longo de vários anos.
- Explorar com entrevistas como a intervenção afeta perfis distintos de beneficiários, para ajustar a teoria do programa em campo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) QNT – QLT – QNT.
 (B) QNT – QNT – QLT.
 (C) QLT – QNT – QLT.
 (D) QLT – QLT – QNT.
 (E) QNT – QLT – QLT.

48

Associe os elementos do Modelo Lógico listados a seguir às respectivas descrições.

- Atividades
 - Insumos
 - Produtos (*outputs*)
 - Resultados (*outcomes*)
 - Impactos
- () Recursos financeiros, humanos, materiais e normativos que viabilizam a execução.
 () Mudanças de curto/médio prazo no comportamento, capacidades ou condições dos públicos-alvo, decorrentes das entregas dos produtos.
 () Entregas verificáveis produzidas diretamente pelas atividades (quantidade/qualidade de bens, serviços, produtos).
 () Efeitos de longo prazo na sociedade/sistema, associados à missão da política (bem-estar, desenvolvimento, sustentabilidade).
 () Processos e tarefas executadas pela intervenção (operacionalização: selecionar, capacitar, atender, fiscalizar etc.).

Assinale a opção que apresenta a associação correta, na ordem apresentada.

- (A) 2 – 3 – 4 – 5 – 1.
 (B) 2 – 4 – 3 – 5 – 1.
 (C) 1 – 2 – 3 – 4 – 5.
 (D) 3 – 2 – 4 – 5 – 1.
 (E) 2 – 4 – 5 – 3 – 1.

49

Acerca de avaliação de processos e resultados, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Indicadores de processo mensuram a execução e a aderência de uma intervenção (ex.: cobertura, carga horária cumprida, conformidade a protocolos).
- () Indicadores de resultado mensuram mudanças diretas no público-alvo decorrentes das entregas (ex.: variação de proficiência, redução do tempo de espera).
- () Para aferir resultados de curto prazo, é apropriado definir uma linha de base (*baseline*) e medir a diferença entre essa linha de base e o final do período desejado para as variáveis de interesse; isso pode indicar desempenho, mas não configura uma avaliação de impacto (causal).

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) F – V – V.
- (E) F – F – V.

50

Leia o fragmento a seguir.

A Faixa Azul, uma sinalização que cria um espaço preferencial para motocicletas em vias da cidade de São Paulo, demonstrou um impacto significativo na segurança viária. Dados da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) revelam uma redução de 47,2% no número de mortes de motociclistas, caindo de 36, em 2023, para 19, em 2024.

<https://prefeitura.sp.gov.br/web/pinheiros/w/faixa-azul-em-s%C3%A3o-paulo-redu%C3%A7%C3%A3o-de-47-nas-mortes-de-motociclistas>. Acesso em: 18 out. 2025.

A partir desse tipo de evidência (comparação antes–depois no mesmo conjunto de vias), assinale a opção que expressa a conclusão metodologicamente correta.

- (A) A comparação antes–depois é suficiente para afirmar que a Faixa Azul causou a redução observada.
- (B) Ajustar sazonalidade no mesmo local já substitui a necessidade de grupo de comparação.
- (C) A proximidade temporal entre a implantação e a queda garante causalidade.
- (D) A evidência é correlacional; sem um contrafactual adequado não se pode inferir causalidade.
- (E) A magnitude do percentual (47,2%) dispensa contrafactual e comprova causalidade.

51

Leia o trecho a seguir.

Um programa pode ser *eficaz* e *ineficiente* ao mesmo tempo.

PORQUE

eficácia refere-se ao alcance das metas/objetivos do programa, enquanto *eficiência* avalia a relação entre entregas e recursos empregados (custo), podendo haver, por exemplo, alcance de metas com uso excessivo de recursos.

Sobre o trecho, assinale a afirmativa correta.

- (A) A afirmativa e a razão são falsas.
- (B) A afirmativa é falsa e a razão é verdadeira.
- (C) A afirmativa é verdadeira e a razão é falsa.
- (D) A afirmativa e a razão são verdadeiras, mas a razão **não** é a justificativa da afirmativa.
- (E) A afirmativa e a razão são verdadeiras, e a razão é uma justificativa correta da afirmativa.

52

O Município X iniciará um programa para melhorar o controle glicêmico de adultos com diabetes tipo 2 na atenção básica. Principais componentes: triagem padronizada, grupos educativos mensais, mensagens de lembrete de consulta/medicação, kit de autoteste domiciliar para casos de maior risco, acompanhamento laboratorial trimestral do controle glicêmico, protocolo clínico para ajuste de tratamento, formação da equipe e registro eletrônico.

Piloto de 12 meses em unidades selecionadas.

A partir do caso exposto, avalie os itens a seguir e classifique-os de acordo com os códigos abaixo.

- EA = Análise *ex ante* (antes da implementação).
- EP-PROC = Avaliação *ex post* de processos/implementação.
- EP-RES = Avaliação *ex post* de resultados (*outcomes*).
- () Estudo de custo-efetividade com cenários e matriz de riscos para subsidiar a decisão sobre implantar o programa.
- () Proporção de pacientes com consulta de retorno realizada até 30 dias após a triagem inicial, conforme o protocolo.
- () Variação do controle glicêmico médio (medido por exame laboratorial de glicemia de longo prazo) entre a linha de base (*baseline*) e 12 meses dos pacientes elegíveis nas unidades piloto.
- () Auditoria do estoque de insumos de autoteste e da conformidade dos registros eletrônicos no primeiro semestre de execução.

Assinale a opção que apresenta a classificação correta, na ordem apresentada.

- (A) EA – EP-RES – EP-PROC – EP-PROC
- (B) EA – EP-PROC – EP-RES – EP-PROC
- (C) EP-PROC – EA – EP-RES – EP-PROC
- (D) EA – EP-PROC – EP-PROC – EP-RES
- (E) EP-RES – EP-PROC – EA – EP-PROC

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

53

Em 01/07/2024, uma entidade do setor público adquiriu um título de renda dos Estados Unidos cujo valor nominal era de US\$ 20.000, com validade de 9 meses. Na data, o dólar estava cotado a R\$ 5,60.

Em 31/12/2024, a cotação do dólar era R\$ 6,20.

No segundo semestre de 2024, a inflação norte-americana foi de 2%, enquanto a brasileira foi de 5%.

No Balanço Patrimonial de 31/12/2024, a entidade reconheceu o título por

- (A) R\$ 108.640.
- (B) R\$ 112.000.
- (C) R\$ 120.280.
- (D) R\$ 124.000.
- (E) R\$ 127.720.

54

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do Setor Público, os membros do Poder Legislativo são considerados usuários primários do relatório contábil de propósito geral das entidades do setor público (RCPG) e usam continuamente esses relatórios enquanto atuam como

- (A) fiscalizadores da transparência das entidades do setor público.
- (B) auditores dos tributos reconhecidos pelas entidades do setor público.
- (C) responsáveis pela criação, modificação e revogação de leis utilizadas no país.
- (D) elaboradores das normas contábeis obrigatórias para as entidades do setor público.
- (E) representantes dos interesses dos usuários de serviços e dos provedores de recursos.

55

Uma repartição pública possuía computadores, que eram usados na prestação de serviços. Esses, tinham valor contábil de R\$20.000 e eram classificados como ativo imobilizado.

Em julho de 2025, a repartição pública adquiriu novos computadores. Foi constatado que os computadores antigos não teriam mais utilidade, de modo que foram guardados em uma sala com outros bens fora de uso, aguardando o seu descarte.

Com relação aos computadores antigos, em julho de 2005, a repartição pública deve

- (A) transferir os computadores do ativo imobilizado para o ativo circulante.
- (B) transferir os computadores do ativo imobilizado para o ativo realizável a longo prazo.
- (C) desreconhecer os computadores no Balanço Patrimonial, com contrapartida no resultado.
- (D) desreconhecer os computadores no Balanço Patrimonial, com contrapartida no passivo.
- (E) aumentar a vida útil dos computadores, para cálculo da despesa de depreciação.

56

De acordo com a Lei Complementar 101/2000, considera-se obrigatória de caráter continuado, a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

A prorrogação da despesa criada por prazo determinado é considerada

- (A) diminuição de receita.
- (B) aumento de despesa.
- (C) despesa complementar.
- (D) despesa extraordinária.
- (E) despesa suplementar.

57

Com relação aos elementos das demonstrações contábeis, com base na NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do Setor Público, avalie as afirmativas a seguir.

- I. *Passivo* é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deve resultar na saída de recursos da entidade e que pode ou não ocorrer por força de lei.
- II. A *situação patrimonial líquida* é a diferença positiva entre os ativos e os passivos após a inclusão das receitas e a dedução das despesas, reconhecida na demonstração que evidencia o patrimônio líquido.
- III. *Receita* corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade oriundos de contribuições dos proprietários, enquanto despesa corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade oriundas de distribuições aos proprietários.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

58

Uma universidade estadual exerce suas atividades em imóvel próprio. A universidade reconhece o imóvel como “ativo não circulante mantido para venda” para aumentar os seus indicadores de liquidez.

Na análise das demonstrações contábeis da universidade, pode-se constatar que a característica qualitativa da representação fidedigna não é alcançada.

Isso acontece porque a classificação **não** é

- (A) neutra e completa.
- (B) tempestiva e completa.
- (C) tempestiva e verificável.
- (D) neutra e livre de erro material.
- (E) livre de erro material e compreensível.

59

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do Setor Público, a elaboração do relatório contábil de propósito geral das entidades do Setor Público é um processo com custos.

Deste modo, é importante que seja exigido que esse relatório seja elaborado somente para as entidades do setor público que

- (A) geram empregos.
- (B) possuem usuários.
- (C) têm personalidade jurídica.
- (D) apresentam superávit regularmente.
- (E) são dedicadas a serviços considerados essenciais.

60

Com relação à Dívida Pública Mobiliária de acordo com a Lei Complementar 101/2000, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () As operações de crédito com prazo inferior a doze meses integram à dívida mobiliária quando as receitas relacionadas a elas constem no orçamento.
- () O refinanciamento da dívida mobiliária envolve a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
- () O refinanciamento do principal da dívida mobiliária poderá exceder, ao término de cada exercício financeiro, até 50% do montante do final do exercício anterior.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – F.

Questão Discursiva (Tarde)

José foi eleito prefeito do Município *Alfa*, que possui 45.000 (quarenta e cinco mil) habitantes.

Aos trinta dias após o término do primeiro semestre de seu mandato, José determinou a publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), que apresentou um dado que o deixou preocupado: a despesa com pessoal do Poder Executivo havia alcançado 57% da Receita corrente líquida do Município.

José havia requerido ao Secretário de Administração a elaboração de um projeto de lei criando cargos administrativos na estrutura da Secretaria Municipal de Saúde e estava avaliando a realização de um concurso público para o provimento de cargos na Secretaria de Ordem Pública.

No entanto, em razão dos dados divulgados no RGF, José ficou em dúvidas sobre a adoção dessas medidas e buscou assessoria junto à Procuradoria e ao órgão central de controle interno do Município *Alfa*, apresentando-lhes os seguintes questionamentos:

- a) *Existe alguma irregularidade na periodicidade da publicação do RGF?*
- b) *O montante das despesas com pessoal viola a legislação fiscal vigente?*
- c) *Caso o montante das despesas com pessoal esteja violando a legislação fiscal: que medidas devem ser adotadas pelo Poder Executivo? O município sofre alguma limitação e/ ou sanção nessa hipótese?*

Considerando os fatos narrados e as disposições legais e constitucionais aplicáveis, elabore um texto respondendo, justificadamente, às questões formuladas por José.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

Realização

